

## SOBRE O AUTORITARISMO BRASILEIRO

Paulo Fernando Melo Martins<sup>1</sup>

**Resumo:** Esta resenha apresenta o livro de Lilia Moritz Schwarcz, “Sobre o autoritarismo brasileiro”, editado pela Companhia das Letras, no ano de 2019. A autora examina algumas das raízes do autoritarismo no Brasil, sob uma perspectiva crítica que desvela os diversos mitos nacionais. A abordagem histórica, sociológica e antropológica acerca de oito temas apontados pela autora como centrais para compreender o autoritarismo no país engendrado pela naturalização da desigualdade social, pela persistência em negar o racismo e preconceitos diversos e pelo aperfeiçoamento de práticas patrimonialistas e do mandonismo. A pesquisadora nos oferece importantes reflexões a partir de consistente base teórica e de dados estatísticos. A obra é uma importante contribuição para todas as pessoas que pretendam compreender a dinâmica social, política e histórica do autoritarismo no país para atuar na defesa e promoção dos Direitos Humanos. Nessa direção, o livro apresenta elementos importantes aos que atuam na Educação em Direitos Humanos ancorada na pedagogia antirracista e emancipatória. A autora promoveu uma instigante reflexão sobre o que ela denominou como fantasmas do tempo presente que, analisando o contexto político do período da produção de sua pesquisa, deixou claro que as variadas formas de violência presentes em nosso cotidiano foram herdadas de nosso passado.

**Palavras-chave:** Autoritarismo. Democracia. Direitos Humanos. Cidadania. História do Brasil.

## ABOUT BRAZILIAN AUTHORITARIANISM

**Abstract:** This review presents Lilia Moritz Schwarcz's book, “About Brazilian authoritarianism”, edited by Companhia das Letras, in 2019. The author examines some of the foundations of authoritarianism in Brazil, from a critical perspective that reveals some national myths. The historical, sociological, and anthropological approach about eight themes pointed out by the author as central to understanding authoritarianism in the country engendered by the naturalization of social inequality, the persistence in denying racism and some prejudices, and the improvement of patrimonial practices and bossiness. The researcher offers us important reflections from a consistent theoretical basis and statistical data. The work is an important contribution to all people who wish to understand the social, political, and historical dynamics of authoritarianism in Brazil in order to act in the defense and promotion of Human Rights. In this direction, the book presents important elements to those who work in Human Rights Education anchored in anti-racist and emancipatory pedagogy. The author promoted an instigating reflection on what she called the ghosts of the present time, which, analyzing the political context of the period in which her research was produced, made it clear that the various forms of violence present in our daily lives were inherited from our past.

**Keywords:** Authoritarianism. Democracy. Human rights. Citizenship. History of Brazil.

## SOBRE EL AUTORITARISMO BRASILEÑO

**Resumen:** Esta reseña presenta el libro de Lilia Moritz Schwarcz, “Sobre el autoritarismo brasileño”, editado por la Companhia das Letras, en el año de 2019. La autora examina algunas de las raíces del

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos (NIEDiH/UFT). E-mail de contato: [paulofernando@uft.edu.br](mailto:paulofernando@uft.edu.br)

autoritarismo em el Brasil, bajo una perspectiva crítica que desvela los diversos mitos nacionales. El abordaje histórico, sociológico y antropológico acerca de ochos temas centrales apuntados por la autora para comprender el autoritarismo en el país engendrado por la naturalización de la desigualdad social, por la persistencia en negar el racismo y prejuicios diversos y por el perfeccionamiento de prácticas patrimonialistas y del mandonismo. La investigadora nos ofrece importantes reflexiones a partir de una consistente base teórica y de datos estadísticos. La obra es una importante contribución para todas las personas que pretendan comprender la dinámica social, política e histórica del autoritarismo en el país para actuar en la defensa y promoción de los Derechos Humanos. En ese sentido, el libro presenta elementos importantes a los que actúan en la Educación en Derechos Humanos anclada en la pedagogía antirracista y emancipadora. La autora promovió una incitante reflexión sobre lo que ella denominó como fantasmas del tiempo presente que, analizando el contexto político del período da producción de su investigación, dejó claro que las variadas formas de violencia presentes en nuestro cotidiano fueron heredadas de nuestro pasado.

**Palabras-clave:** Autoritarismo. Democracia. Derechos Humanos. Ciudadanía. Historia del Brasil.

## Introdução

O livro “Sobre o autoritarismo brasileiro”, de Lilia Moritz Schwarcz, lançado em 2019, pela Editora Companhia das Letras, é uma obra introdutória de leitura obrigatória para todas as pessoas que ambicionem conhecer algumas das raízes do atual contexto histórico e, aqui, em especial, para aquelas que atuam ou aspirem atuar na Educação em Direitos Humanos.

A autora é professora titular da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, doutora em antropologia e nos oferece um excelente panorama histórico, social e político para compreender a construção da sociedade brasileira sob um olhar crítico e esperançoso.

O rigor científico da autora permitiu investigar as permanências perversas da história brasileira que compõem a dimensão dramática de nossa sociedade com raízes profundas no sistema colonial, na escravidão, na formação de um Estado resultante de um nefasto arranjo político que manteve e aperfeiçoou a nefária estrutura social no Império brasileiro e uma República eivada de contradições que mantém o país na periferia do capitalismo mundial. Os estudos apresentados revelam os nossos desafios na construção de uma sociedade democrática, ainda que sob os limites daquilo que se convencionou chamar de Estado Democrático de Direito.

A autora, inicialmente, preocupou-se em chamar atenção para uma das funções da

história, ou seja, “deixar um lembrete” sobre os fatos que, insistentemente, são esquecidos. Destarte, “essa é a melhor maneira de repensar o presente e não ‘esquecer’ de projetar o futuro” (p.20). Aqui, vale dizer, que as nossas putrefatas elites organizadas nos atuais grandes grupos empresariais de comunicação não só manipulam os fatos, mas constroem narrativas que distorcem o passado e, portanto, operam a história conforme seus interesses. Para tanto, basta observar o “silêncio” sobre a tutela das Forças Armadas na “Nova República”, a “privataria tucana” e o caso escandaloso do Banestado que envolveu grupos econômicos e personalidades dos Três Poderes da República a partir de remessas ilegais de divisas, pelo sistema financeiro público brasileiro, para o exterior, na segunda metade da década de 1990, por exemplo.

Assim, a pesquisadora evidenciou a difícil função do historiador inspirando-se em Paul Veyne que imaginava o trabalho deste profissional como um “orquestrador de eventos, no sentido de que é ele quem os organiza, seleciona e lhes confere sentido” (p.21).

O Brasil está numa encruzilhada política e social que muitos julgavam ser impossível após a promulgação da Constituição de 1988, quais sejam, a manutenção da principal característica estruturante do país que é a profunda desigualdade social, a perda de conquistas históricas e a paralisação do processo de democratização do país.

Para facilitar a compreensão sobre o autoritarismo no Brasil, mas deixando claro que os temas estão articulados organicamente, Schwarcz organizou o livro em oito temas caros ao processo de construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Dessa maneira, recorreu aos clássicos autores da historiografia brasileira, da pesquisa sociológica e antropológica para analisar os temas da escravidão e racismo; do mandonismo; do patrimonialismo; da corrupção; da desigualdade social; da violência; da raça e gênero e, finalmente, da intolerância.

Os temas serviram para o enfrentamento de quatro pressupostos considerados essenciais para explicar o país por uma determinada história oficial, quais sejam, o do país harmônico e sem conflitos; o de que o brasileiro seria avesso a qualquer forma de hierarquia; o de que não existiriam ódios raciais, de religião e de gênero; e o de caráter especial de nossa natureza enquanto povo. Ademais, para melhor ilustrar a atualidade nacional, a autora buscou dados e informações registrados pela imprensa brasileira.

Os cidadãos e cidadãs mais atentos às características da sociedade brasileira não estão

surpresos com o nosso atual contexto de tamanha intolerância e ódio, de permanentes manifestações autoritárias e violações dos direitos humanos, pois a trajetória histórica do Brasil é recheada de fatos que revelam uma sociedade marcada pela violência. Sem dúvida, a construção de uma Cultura da Paz passa, obrigatoriamente, pela luta contra desigualdade social que é a tradução da perversidade do capitalismo periférico e da subserviência de nossas elites sociais, políticas e econômicas ao imperialismo.

### **O necessário conhecimento e debate sobre o autoritarismo no Brasil**

A autora, elencou como primeiro tema a escravidão e sua relação com o racismo que foi analisada a partir da ideia de que não houve apenas a promoção de um sistema econômico, mas a conformação de comportamentos e a determinação das desigualdades sociais. Nessa direção, a raça e a cor são importantes elementos como marcadores de diferença e, historicamente, ainda hoje, por meio do racismo, enquanto instrumento ideológico, se reproduz a exploração e a desigualdade social.

Na sequência, a autora explicou as características do mandonismo patriarcal do período colonial ao republicano. Reflexões acerca da lealdade aos senhores de engenho e aos barões do café até os processos de corrupção como elementos estruturantes do sistema coronelista e do populismo digital, por exemplo, foram feitas. O estudo aponta que na formação do capitalismo brasileiro temos a definição de sérios limites ao processo de democratização do sistema político materializado nas ações das oligarquias e, “portanto, uma inequívoca associação entre o mandonismo e concentração de renda e dos poderes políticos” (p.61). Mais do que nunca, hoje, ao possuímos um dos parlamentos mais conservadores desde a promulgação da dita Constituição Cidadã, o estudo da autora colabora na compreensão da atual dinâmica política e, dentre outros aspectos, o fenômeno nacional da “familiocracia”, por exemplo, os Ferreira Gomes (CE), os Sarney (MA), os Caiados e os Bulhões (GO).

O patrimonialismo foi o terceiro tema abordado pela autora numa acepção weberiana, ou seja, enquanto característica de um Estado em que os limites entre o público e o privado são permanentemente desrespeitados. Nessa direção, a autora compreende que a fragilidade e vulnerabilidade da república brasileira residem nas práticas patrimonialistas e de corrupção,

mas não exclusivamente. Ainda que o modelo patrimonialista da administração pública tenha se esgotado formalmente na República Velha, não podemos ignorar que práticas patrimonialistas permaneceram nos modelos posteriores, ou seja, o burocrático e o tecnocrático. Nos períodos democráticos ou ditatoriais, o patrimonialismo e o clientelismo vão se constituir como elementos cruciais para manutenção do poder de nossas elites e, conseqüentemente, para a compreensão do autoritarismo no Brasil.

A pesquisadora ao definir a corrupção como o quarto tema, indubitavelmente, elencou algo muito sensível na atualidade. A observação de que a corrupção já estava presente desde a administração colonial corrobora para entendimento de que não se trata de algo novo e exclusivo da sociedade brasileira. Sendo assim, Schwarcz avaliou que o fato de a colônia ter sido observada como terra de oportunidades associada à distância da administração lusitana da região invadida contribuíram para inaugurar e desenvolver a corrupção em nossa terra.

A obra ilustra com uma boa seleção de fatos o entendimento de que a corrupção é um elemento estruturante do Estado e sociedade brasileira, um valioso instrumento para manter e ampliar o poder das classes dominantes no Brasil colonial, imperial e republicano. Além disso, as rupturas de poder também apresentam a corrupção como um dos elementos constitutivos do processo. Em tempos republicanos, a sociedade brasileira com pouca experiência histórica de viver um Estado democrático, tornou-se refém de forças políticas que adotam o combate à corrupção como pretexto para impedir a consolidação de pautas democráticas, populares e de governos progressistas. A instauração de governos autoritários ao longo do período republicano, na maior parte do tempo, sempre inviabilizou averiguações de denúncias sobre corruptores e corruptos que, objetivamente, fica limitada ou, mesmo, impossível.

Para compreender o autoritarismo no Brasil, indubitavelmente, o estudo sobre a desigualdade social é um fator fundamental, conforme as considerações da professora Schwarcz. Sabemos que a desigualdade assume diferentes contornos que se articulam no processo histórico brasileiro. Hoje, os dados estatísticos revelam que vários indicadores da desigualdade social pioraram e, provavelmente, continuarão a piorar.

Em relação às camadas mais humildes da população, o acesso à saúde, educação, transporte, lazer, moradia e outros direitos básicos, historicamente, sempre foi negado pelas classes dominantes. Daí a luta do povo brasileiro contra as desigualdades de gênero, raça,

geração, regionais, econômicas e de renda serem marcas importantes da peculiar luta de classes no Brasil.

Quanto à violência, a pesquisadora revelou informações inquietantes sobre a dinâmica do fenômeno na vida urbana e no campo. A luta de classes no campo, ainda que a autora não tenha a categoria analítica como central, é essencial para analisar o fenômeno. Nessa direção, Schwarcz apresentou a disputa pela posse da terra como uma das principais causas de morte no Brasil, ao longo do tempo e, portanto, a violência contra os povos indígenas adquiriu contornos gravíssimos.

No caso da violência urbana, os dados confirmam a vinculação ao processo de urbanização fundado em decisões que ampliaram a exclusão social de imensas parcelas da população, aqui, operado pelo Estado brasileiro. Dessa maneira, a segurança pública com os seus indicadores afiança o projeto de sociedade excludente que vem sendo imposto ao povo.

Os temas raça e gênero estão associados ao tema da violência e, por sua vez, são explicados a partir de marcadores sociais da diferença. Os índices relacionados às mulheres e população negra demonstram que a desigualdade no Brasil se manifesta de diferentes formas e, portanto, compreenderemos que o autoritarismo tem sua efetividade na articulação de diferentes mecanismos de exclusão e, conseqüentemente, a violência é um dos mecanismos mais eficientes para reproduzir a desigualdade social.

O último tema é abordado enquanto um traço cultural que caracteriza a atuação das classes dominantes no Estado brasileiro, qual seja, a intolerância. O estupro, assédio, feminicídio, homofobia e o racismo são elementos importantes na configuração de uma sociedade patriarcal, machista e autoritária. Para confirmar o entendimento, a pesquisadora apresentou fatos e dados da sociedade brasileira e concluiu que será por meio da firme atuação da sociedade civil que ocorrerá a ruptura desse ciclo histórico herdado dos tempos coloniais.

## Considerações

Enfim, a autora promoveu uma reflexão sobre o que ela denominou como fantasmas do tempo presente que, analisando o momento político do período da produção de sua pesquisa, deixou claro que as variadas formas de violência presentes em nosso cotidiano foram herdadas

de nosso passado. Todavia, asseverou que “não existe uma continuidade mecânica entre nosso passado e o presente, mas a raiz autoritária de nossa política corre o perigo de prolongar-se, a despeito dos novos estilos de governabilidade” (p.63).

A autora, ao encerrar seu livro, para nos motivar, recorre aos pensamentos de Guimarães Rosa, em Grande Sertão: veredas, com “O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem” (p.237).

Nesse diapasão, a Educação em Direitos Humanos tem no livro da professora Schwarcz um poderoso aliado contra recrudescimento de políticas públicas conservadoras, autoritárias e antidemocráticas que, claramente, evidenciam uma nova condição do fascismo, em articulação com o neoliberalismo e, portanto, repercutindo na defesa e promoção dos Direitos Humanos.

## Referência

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Submissão em: 13-12-2021

Aceito em: 23-01-2022